



PERSPECTIVAS DO MATO GROSSO EM MAPAS DA COMISSÃO RONDON

CARVALHO, Pedro Libanio Ribeiro de

Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social-Unirio
pedrolibanio@gmail.com

Resumo

O artigo discute a memória social sob a perspectiva de alguns mapas, originais e fac-símiles, encontrados no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. A Comissão Rondon percorreu o estado do Mato Grosso, entre 1900 e 1915, instalando ao fio telegráfico que ligou o Rio de Janeiro ao Acre e às fronteiras com o Paraguai e Bolívia. Não apenas realizou uma ligação física entre o Rio de Janeiro e as regiões Centro-Oeste e Norte, mas fez uma ligação identitária entre porções do Brasil que se desconheciam como unidade. Os mapas realizados durante esse período, além de retratarem lugares até então desconhecidos do grande público, mostram a atuação e a ocupação do Estado brasileiro, por meio dessa empresa, no território e na população.

Palavras-chave: Comissão Rondon. Mapas. Mato Grosso.

Abstract

The article discusses the cultural memory from the perspective of some maps, original and facsimiles, found in the Arquivo Histórico do Exército (Army Historical Archive), in Rio de Janeiro. The Comissão Rondon went through the state of Mato Grosso, between 1900 and 1915, installing the telegraph wire that linked Rio de Janeiro to Acre and the borders with Paraguay and Bolivia. Besides physical connection between Rio de Janeiro and the Midwest and Northeast, it made a identity connection between portions of Brazil which were unaware of each other. The maps made during that period portray places hitherto unknown to the public, show the performance and the occupation of the Brazilian government, through this company, on the territory and population.

Key-words: Comissão Rondon. Maps. Mato Grosso

“... uma vez que a imagem de uma região fosse definida de certa maneira, era difícil destruí-la” (Ugo Tucci, verbete Atlas da *Enciclopédia Einaudi*, 2000, p. 142).

Detenho-me neste artigo na relação entre os mapas confeccionados pela Comissão Rondon e a memória social, no sentido de as cartas serem usadas para modificar uma observação sobre o espaço e também sobre o homem. É curioso pensar como um mapa pode transformar uma visão sobre um território, mesmo quando este



pouco se modifica. E vem a questão: por que os mapas não são iguais se representam o mesmo espaço? A resposta é simples: técnicas diferentes e práticas diferentes.

Nas primeiras duas décadas do século XX, a Comissão Rondon teve como principal objetivo ligar, via fio telegráfico, a capital federal da época ao norte do país. As elites dominantes não entendiam essa façanha apenas como uma questão física, conectar dois pontos separados no espaço, mas como princípio de dominação, de reivindicação de um território e de uma população. Positivista convicto, Cândido Mariano da Silva Rondon (Mato Grosso, 1865 - Rio de Janeiro, 1958), além de demarcar terras e estudar usos, costumes e línguas de dezenas de etnias, deu início a um novo processo de inclusão das mesmas na sociedade brasileira. Não apenas realizou uma ligação física entre o Rio de Janeiro e as regiões Centro-Oeste e Norte, mas tentou fazer uma ligação identitária entre porções do Brasil que não se conheciam ou não se reconheciam como uma unidade.

Abordo o mapeamento como compreendido por Benedict Anderson (2008, p. 239) em *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. No capítulo “Censo, mapa, museu”, o autor apresenta o primeiro como uma complementação política do segundo. No trabalho de Anderson, o censo é usado não para conhecer quem estava sujeito a um poder colonial, quer por suas identidades raciais ou religiosas, mas para melhor subjugar-lo. Quando digo censo, não me refiro exclusivamente à questão demográfica. O trabalho da Comissão Rondon não somente contou os grupos indígenas e seus indivíduos e os inseriu em categorias que poderiam ser redesenhadas de inúmeras formas pela matemática de um recenseamento; ele quis inseri-los em uma categoria simbólica ainda maior, imaginável apenas na cartografia: o mapa do Brasil. Daí a grande quantidade de textos jornalísticos, relatórios, filmes, fotografias, trabalhos cartográficos e etnográficos realizados pela Comissão Rondon; todos esses suportes ajudariam a construir uma nova memória social e a apresentar à sociedade brasileira da época o que eram e o que poderiam vir a ser o índio e a região. Compreendo esta produção como formação de patrimônio por meio do colecionamento de registros textuais e imagéticos do tangível e do intangível dos grupos, isto é, da figura humana e do espaço geográfico ocupado por ela, bem como da identidade indígena e da interação entre índios e não-índios (GONÇALVES, 2009).



Para começar, é preciso entender que a cartografia é “comunicação”, e esta é expressa mais no mapa em si do que no território que ele representa: como foi feito e como pode ser lido e interpretado (ANDERSON, 1982). Como qualquer outra forma de comunicação, observa-se que ela tem uma lógica própria: é repleta de símbolos e significados, ou seja, de convenções. Podemos mencionar a primeira convenção que vem à mente: o uso do meridiano de Greenwich para dividir o globo terrestre em oriente e ocidente, por acordo internacional em 1884, e colocar a Europa no centro do mapa-múndi. Observando ainda que as convenções sejam arbitrárias, como é possível representar as escolhas feitas no suporte cartográfico e nos diversos tipos de textos que o acompanham? O meridiano do Rio de Janeiro para origem do sistema de coordenadas, por exemplo, é uma escolha afirmativa de Rondon. É comum que os mapas sejam acompanhados de textos, como no caso de um atlas. Tais legendas trazem uma descrição que, por vezes, apresenta uma sinopse do que se quer narrar. Um mapa é uma narração feita com um motivo (BORGES, 2006; KNAUSS, 2010).

A história do olhar cartográfico é a história do olhar sobre o espaço, é uma das formas de ver o mundo. Segundo Ugo Tucci, o mapa é um produto da cultura que o cria. É uma representação do tempo em que foi produzido, e obedece à estética e à imaginação de quem o elaborava e para quem era direcionado (TUCCI, 2000, p. 143). A cartografia é parte de práticas de apropriação e de percepção do espaço, o mapa é uma interpretação dos fatos ou dos dados à disposição (KNAUSS, 2010).

Segundo Tucci (2000), a cartografia serve para a dominação e o mercado. A cultura que desenha o mapa gera uma hierarquia de figuras e lugares. O etnocentrismo faz com que o periférico seja deixado de lado, ainda que faça surgir uma consciência etnológica. No entanto, o que é salientado é sempre a diferença entre os povos (TUCCI, 2000, p. 132). Conforme detalhado pelo autor, as modificações de representação sobre o outro são difíceis de serem transformadas, e pode-se pensar o mesmo sobre o mapa. No entanto, ainda podemos ver resquícios do mapa antigo no moderno, se pensarmos nas novas configurações do que se queria mostrar em um mapa, ou seja, o que o cartógrafo quer apresentar dentro daquele espaço geográfico (TUCCI, 2000, p. 137). Sobre este aspecto, vê-se a força do primeiro relato; as velhas imagens coletivas ainda tinham impacto sobre o leitor de um mapa.



Os mapas não eram produto do empirismo geográfico, mas de especulações cosmológicas. Eram explicações de mundo com base nas sociedades que os produziam. A cartografia científica, como imagem técnica de um país, é muito recente.

O índio e o território em escala

Dedico esta parte do texto a algumas interpretações cartográficas do Mato Grosso com base em mapas produzidos pela Comissão Rondon. Segundo Paulo Knauss (2010), o Brasil foi mapeado da mesma forma que foi colonizado, do mar para o sertão. Pretendo focar no descobrimento do interior do Brasil e na demarcação de território. É importante observar que o sertão é “construído” dentro dos mapas por meio de espaços vazios. Nestas primeiras cartas, percebe-se o sertão como um terreno sobre o qual não se tinha informações, pois era uma área de soberania (KNAUSS, 2010), nesse caso, a indígena. Em consonância com as ideias apresentadas por Tucci (2000), pode-se compreender o etnocentrismo do colonizador europeu. O outro e seu território são vistos ou como aterradores ou como um empecilho à colonização, um ambiente hostil e selvagem. Ideia ainda presente até o início do século XX. Durante pesquisas no Arquivo Histórico do Exército me deparei com o fac-símile de mapa de 1860, copiado, em Paris, pelo capitão Luis Pedro Lecor, chamado *Carta de partes da capitania de Matto Grosso e Goyaz* (Acervo do Arquivo Histórico do Exército), que acredito ser esclarecedor do que Knauss apresenta sobre o sertão e seus habitantes. O autor do desenho original dava pequenas informações sobre partes do território, ainda não explorado, e o que possivelmente se encontraria ali. Em uma parte do mapa há o texto: “Certão do gentio Chavante que foi atacar o P^o Poço, e não fez preza considerável daquella vez por desordens, que sempre acontecem e não havendo experiência”.

Entendo que uma carta, em particular, é importante por representar especificamente os trabalhos da República no território mato-grossense, e também pelo lugar em que foi exibida ao público. A *Carta Schematica do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas* (figura 1), apresentada ao público na exposição comemorativa do centenário da Independência, realizada na capital federal da época (a cidade do Rio de Janeiro), entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março de 1923, era um mapa que tinha entre suas funções apresentar uma sinopse dos trabalhos realizados pela Comissão Rondon.



Figura 1. *Carta Schematica do Mato Grosso* (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

Acredito ser necessário compreender como Benedict Anderson formalizou suas ideias sobre a função do mapa na formação da nação. A comercialização dos mapas ajudou a construir a noção de alargamento de patrimônio na Europa (BORGES, 2006, p. 370), no sentido da compreensão de um desenho como algo em que nos reconhecemos. O que Anderson (2008) apresenta com relação ao mapa é que se trata de uma totalidade capaz de ser reproduzida ao infinito, por inúmeras técnicas de impressão, dentro de um estado colonial ou independente. Ele traz a ideia do “mapa-como-logo”, uma representação na qual um grupo pode se inserir e se reconhecer. Não há, nesse conceito de Anderson, a obrigatoriedade de se mostrar montanhas, rios ou outros acidentes geográficos, mas delimitar um território que poderia muito bem estar pintado de rosa, azul ou verde e amarelo. Aquela carta de Rondon tinha o intuito de identificar os índios e incluí-los em um espaço geográfico, de forma explícita e figurativa.

Maria Elisa Borges (2006) compreende que um atlas, por possuir texto, parte da lógica de catalogação de uma enciclopédia, que cria uma unidade entre partes supostamente díspares. Coadunando-se com Tucci e Knauss, ela também compreende que este tipo de obra constrói uma narrativa, na qual o presente explica o passado e indica o futuro. E, portanto, atua como um lugar de memória (BORGES, 2006, p. 370).



Mas como observado pelo próprio Pierre Nora (1993), os lugares de memória são artificiais e concebidos para transmitir uma mensagem específica de passado. Conforme salientado por Walter Benjamin (1992), nenhuma imagem é inócua, pois sempre traz consigo um subtexto que é operado pelo autor. Voltando ao pensamento de Borges, compreende-se que há uma intenção no que é apresentado em um atlas:

[...] organizadores jogavam com a balança lembrar/esquecer para que os mapas cumprissem suas funções sociopolíticas e culturais. Recursos textuais, visuais e estatísticos, já devidamente assentados na cultura de seus consumidores, eram reunidos com a finalidade de fazer dos mapas um lugar de celebração de determinados fatos e da ordenação dos espaços segundo uma perspectiva temporal e funcional (BORGES, 2006, p. 370).

O que é importante perceber nessa citação é a recepção dos leitores desse atlas. A escola auxilia na compreensão dos signos cartográficos, e isso auxilia na força de uma comunidade imaginada de cima para baixo. A narração é inculcada a todos como universal.

Pela biografia de Candido Rondon, o destaque que é dado e a história que é contada em sua *Carta Schematica* tem uma lógica própria. O fato de ser engenheiro militar, explorador e positivista convicto faz com que seu mapa mostre o que ele efetivamente encontrou no interior do Mato Grosso. A mensagem que se quer passar é a de um Brasil que se conhece de forma científica. A história por trás da imagem é de conhecimento, tomada e ocupação de território.

Tanto um atlas quanto um mapa devem ser compreendidos como uma forma de comunicação visual e textual, e gostaria, então, de me deter na legenda da imagem na Figura 1. A *Carta Schematica* mostra o trabalho da Comissão como uma forma de estabelecimento de um Estado e institucionalização de um território pela República (RIBEIRO, 2005, p. 8), mas também é possível pensar em uma mudança de consciência sobre a ocupação deste mesmo espaço. Entendo que o uso de mapas anteriores ainda era comum, mas o desbravamento desse território era a tônica, como é possível notar pelo desenvolvimento e evolução dos mapas copiados para os produzidos pela Comissão Rondon, que se encontram no Arquivo Histórico do Exército. A carta pode ser vista como etno-histórica, mas na realidade é a narração dos trabalhos da Comissão e sua atuação sobre o homem e o espaço. Ou seja, é a história da apropriação do território de



um pelo outro. As terras habitadas pelos índios não são mais domínios de outra soberania, como visto em outros mapas e como comentado por Knauss (2010). Os índios são inseridos neste mapa como parte do Brasil.

Retomando o conceito de mapa-como-logo de Benedict Anderson (2008), a informação deve ser compreendida de imediato, pois o intuito de um logotipo é não deixar dúvidas sobre a informação passada. A *Carta Schematica*, no entanto, deve ser lida devagar, devido à quantidade de informações que apresenta. Os vinte tópicos da legenda, suas cores e convenções se misturam de maneira que o observador deve parar para pensar e fazer um vai e vem entre texto e imagem para conseguir identificar tudo o que está na imagem. Deve-se ter em mente que os autores eram engenheiros e cartógrafos militares e não diagramadores e *designers*. Mais uma vez, observa-se a mão do autor na obra.

Curioso que o nome oficial da instituição chefiada por Rondon era, como aparece na carta, “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas”. Porém, logo na primeira linha da legenda lê-se: “Linha telegráfica construída pela Comissão Rondon”. Acredito que se trate de agilizar a compreensão do público e economizar espaço.

Passando para a questão histórica, é importante observar essa legenda: “Época e sentido das explorações (por terra, por água)”. Três comissões são mais importantes, e as setas indicam o sentido dos trabalhos realizados sempre a partir de Cuiabá, a capital do estado. Devem se notar as direções seguidas pelas expedições: entre 1890 e 1900, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, chefiada pelo major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, segue rumo leste; as explorações entre 1900 e 1906, realizadas pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, seguem rumo sudoeste em direção ao Paraguai; e a que realmente deu projeção aos trabalhos rondonianos, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, segue rumo noroeste.

Creio ser interessante trabalhar alguns conceitos que podem ser encontrados nesta carta: descoberta, conquista, pacificação e desterritorialização. Todos são importantes para a época e para a desejada integração nacional.

Antonio Carlos de Souza Lima (1995) vê a diferença entre conquista e descoberta na forma como cada empreitada lida com as populações com as quais se



depara. Os conquistadores enfrentam as populações a fim de dar respostas adequadas para a obtenção dos fins pretendidos, enquanto os descobridores se interessam pelos espaços a serem mapeados, e o encontro com novas populações não é o centro da empresa. O autor mostra que a conquista é, em menor parte, transformar o nativo, fazê-lo pertencer a outra identidade, mesmo que esta seja composta de diversas outras que não se mostram à primeira vista. Como Lima interpreta o trabalho de Rondon como guerra de conquista, deve-se perceber que uma das finalidades desse esforço é o butim. O que ele chama de “guerra de conquista” deve ser compreendido com relação às alianças e fusões dos povos nativos (quer sejam etnicamente diferentes ou tenham inimizades entre si) ao conquistador, para que aumentem as forças deste (LIMA, 1995, p. 52).

Seguindo essa linha de pensamento, a desterritorialização do índio dentro da *Carta Schematica* surge nos núcleos indígenas, já a ideia original da Proteção Fraternal era reunir as diversas tribos em núcleos. O que se tem neste momento é o trabalho conforme apresentado por Lima (1995); o butim da guerra de conquista era a terra. O índio seria retirado de onde vivia anteriormente e realocado em terras reservadas especialmente para ele. No entanto, Rondon informa em outros textos que os índios seriam levados a terras mais férteis, já que estavam sendo integrados à civilização brasileira. Nessa mudança de terras há ainda uma questão de fronteiras identitárias e espaciais que pode ser vista na citação do cacique pareci Tôlôiri (conhecido pelo nome em português de Matias), em resposta à indagação de Rondon se trocava suas terras por outras, mais ricas, com grande número de seringais e solo melhor:

Não saio do rio Verde. Gosto do Chapadão onde Camaicôrê caçava veado, caçava ema. Olho para esse campo e fico saudosos. Não quero ser seringueiro. Fico poaieiro mesmo. Dizia o amúri. Dizia que as terras deles iam desde as cabeceiras do Júba até o Papagaio, que ele considerava – ‘seu marco’ (RONDON, 1947, p. 37).

Ainda sobre a desterritorialização, e entrando na autodeterminação dos índios, Lima (1995, p. 121) apresenta uma questão bastante interessante ao indicar que a retórica rondoniana de não intervenção e respeito pela família indígena, pelos seus usos e costumes se mostra anterior às concepções atuais sobre autodeterminação dos povos e respeito pela diferença étnica. Porém, o autor também salienta que Rondon queria, na realidade, trazer estes povos para o seio da pátria e não deixá-los autodeterminados.



Parece conflitante, mas não é, se pensarmos que os positivistas acreditavam que os índios sairiam do estado fetichista e um dia chegariam ao estado positivo. Seriam autodeterminados quando atingissem este último estágio.

Já a pacificação não é apenas com relação ao índio que não tinha contato com a civilização, mas também com relação ao território. O primeiro contato com diversas etnias e o mapeamento do espaço demarcam quem está dentro e quem está fora do Brasil. Ao lado dos relatórios e matérias jornalísticas, essa demarcação coloca as práticas e saberes indígenas dentro de uma comunidade brasileira imaginada. Considero que, ao esquadrihar a terra e informar quais tribos estavam em que parte deste espaço cientificamente delimitado, a Comissão inseriu estas etnias na identidade brasileira.

O trabalho da Comissão Rondon é um esforço oficial de reconhecimento e, sob este aspecto, as legendas dão visão do que e de quem aflora no Brasil, como, por exemplo: os Nhambiquara são os “Índios que foram pacificados pela Comissão Rondon”; os Parintintin são os “Índios em via de pacificação”; os Bacarei são os “Índios mansos em contacto com a Comissão”; a parte em rosa é a “Região selvagem descoberta e estudada pela Comissão Rondon”; e a parte marrom claro é a “Região semi-selvagem na qual a Comissão Rondon também realizou os primeiros levantamentos geográficos”.

A correspondência entre relatórios, elaborados pela Comissão Rondon, e mapa é boa para se perceber como diversas etnias são distintas entre si e, ao mesmo tempo, brasileiras. A título de amostra, comentarei rapidamente dois relatórios escritos por figuras de peso dentro dessa empresa: o próprio chefe da empreitada e o capitão Amilcar Botelho de Magalhães.

O relatório intitulado *História natural: índios Ariti (Pareci) e Nhambiquara Etnografia* (1947) indica para a população brasileira que o encontro entre a Comissão Rondon e os Pareci se deu pela primeira vez em 1907, quando do início das explorações para o traçado da linha telegráfica que ligaria Cuiabá a Santo Antônio do Madeira (a futura cidade de Porto Velho, RO). Na época, os Pareci habitavam a Chapada dos Parecis e se subdividiam em três grupos: os Caxiniti, na parte oriental; os Uaimare, na parte central; e os Cozarini, na parte ocidental. Essa informação complementa a *Carta Schematica* e mostra a diversidade dentro de uma mesma etnia. Rondon coletou algumas lendas dessa tribo, e um desses relatos é curioso por trazer um episódio que



vejo como outra forma de mostrar o índio ao cidadão do Rio de Janeiro. Contudo, como observado pelos pesquisadores Vich e Zavala (2004, p. 18), uma narrativa de vida ou lenda primordial é uma construção política, baseada nos jogos de forças e tensões entre o falante e o ouvinte. Utilizando-se desse jogo de forças, os Pareci incorporaram “elementos” do colonizador branco (destacados por mim na citação a seguir) ao articularem o mito de criação com a chegada do “não índio” e o modificarem para atender a necessidade de adaptação. Essa lenda foi contada pelo cacique dos Pareci Uaimare, Coluizorocê (conhecido pelo nome em português de Libânio, o mesmo que foi condecorado pelo presidente Nilo Peçanha), ao próprio Rondon, que a apresenta de forma traduzida e resumida:

Enorê, o ente supremo, apareceu em Atiu – (rio Sacuriu-iná) – [...] Enorê chamou Zalúie e perguntou-lhe se queria ficar com espingardas, bois, cavalos, etc. ou si preferia as flechas, os arcos, etc. Zalúie respondeu que não queria espingarda, porque é pesada, nem bois e cavalos porque esses animais sujam muito o terreiro das casas. Aceitou as flechas e outros utensílios selvagens que Enorê lhe ofereceu. Então foi perguntado a Camaicorê si êle queria o que Zalúie tinha recusado. Camaicorê respondeu afirmativamente, ficando com tudo quanto hoje têm os brancos. Enorê acrescentou que Camaicorê faria assim a felicidade dos filhos. Levou-o ao Haloliaquá – (cabecera do rio Jauru) onde fez a primeira casa de pedra que lá ainda existe – (?) – e onde lhe mostrou o boi e o cavalo, também gravados em pedra como estão lá (?). (RONDON, 1947, p. 40).

Como observado por inúmeros pesquisadores, a identidade é uma construção sempre reorganizada com base na natureza das relações sociais – intragrupo e extragrupo. Entendo que Sabine Dedenbach-Salazar Saens (2012), em suas pesquisas sobre a mito-história do povo Chipaya, da Bolívia, expõe tais considerações de forma perspicaz. Ela considera que a narrativa de eventos do passado é relevante ou crucial para criação, explicação, formação ou conservação da identidade de um grupo étnico e sua concepção social. Considera-se ser verdade, ter autoridade e legitimidade e, por isso mesmo, deve ser adaptada às novas circunstâncias. Ou seja, compreendo que há uma necessidade de uma explicação mítica para cada novo evento ou experiência dentro de um grupo. Isso se deve também pela necessidade de coerência identitária e pela pura sobrevivência num momento de transformação do mundo. Sob esse aspecto, acredito que o índio queria se mostrar integrado ao branco. E, como posto por Ortiz (2010), penso que, ao incluir essa lenda no relatório, Rondon queria integrar o índio ao branco.



Botelho de Magalhães, por sua vez, em seu relatório da Expedição Roosevelt-Rondon, (1916), mostra a transformação da região ao comentar sobre as pequenas roças que já eram cultivadas nas proximidades das aldeias indígenas e vilas. O militar considera que há uma “espécie de transição entre a civilização das cidades e a selvageria do sertão bruto” (MAGALHÃES, 1916, p. 79). Os relatórios de militares e civis expressam para a população urbana a conversão de um território de semicivilizado, selvagem, para habitável. No capítulo VII, intitulado “Ligeira notícia sobre os índios da zona percorrida”, vê-se os anteriormente temidos Nhambiquara como pessoas inteligentes, que conseguem compreender as cartas que lhes são apresentadas e que desenham mapas simplificados na areia. Outra informação é o espaço que ocupam dentro do Brasil, descoberto e conquistado pela Comissão Rondon, entre o vale do rio Papagaio e a estação telegráfica de José Bonifácio (MAGALHÃES, 1916, p. 78). Já o caboclo é visto pelo autor de forma ambígua, pois parecia não compreender tão bem o mapa quanto o Nhambiquara, mas é exaltado como “tipo genuinamente nacional” (MAGALHÃES, 1916, p. 60) e dedicado ao trabalho.

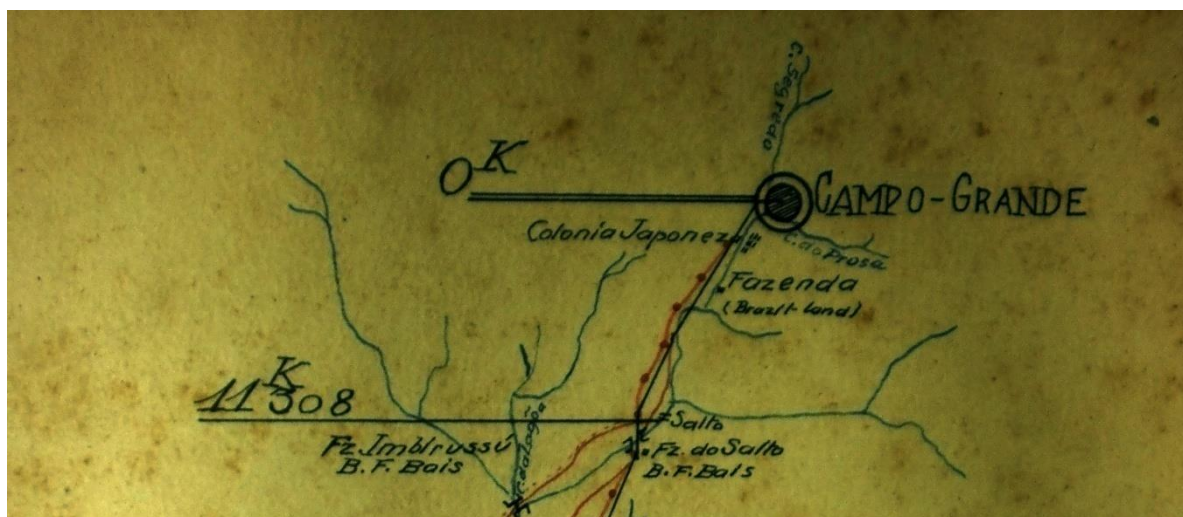
Retomando a cartografia elaborada pela Comissão Rondon, entendo que as informações dadas na *Carta Schematica* pouco mostram o trabalho de geógrafos anteriores, mas minhas pesquisas no Arquivo Histórico do Exército me permitiram ver a diferença entre os mapas de estudo e os apresentados ao público. Isso significa que algumas informações podem ser retiradas conforme a vontade do autor. Penso que duas cartas exemplificam a distinção entre o rascunho e o texto final.

Na carta *Município de Mato Grosso*, de 1939, que é um extrato da futura *Carta do Estado do Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*, lê-se abaixo do título que a organização realizou múltiplos trabalhos de campo entre 1890 e 1930 e que esta é elaborada com documentação impressa e inédita proveniente de diversas fontes. Mas o que chama atenção está na legenda sobre as montanhas, que se divide em três: as que foram estudadas pela Comissão, as que não foram estudadas pela mesma empresa, e as que foram inseridas com base em informações de outras cartas ou de viajantes. Rondon confessa que também elabora seus mapas com uso de informações de terceiros. O que não foi visto na *Carta Schematica*, a grande obra até aquele momento, apresentada em 1922. Em outra parte da legenda, esta carta introduz a noção da divisão entre as moradas indígenas e caboclas, com aldeia, barracão, barraca, maloca, tapera, tapiri de



índio. Isso mostra que, diferente da *Carta Schematica*, aqui o espaço foi preenchido pelos seus habitantes originais.

Já na *Planta de Trabalhos Executados entre Campo Grande e Ponta Porã...*, executado pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, não há legendas. O que se lê, na planta em si, são os acidentes geográficos e a ocupação da região que margeia a linha telegráfica. De quilômetro em quilômetro, têm-se os povoados e estações telegráficas. Pelo que se pode observar no mapa, não há aldeias ou taperas, e a população que ocupa esse território é outra: a colônia japonesa e as muitas fazendas de propriedade da empresa americana Brasil Land and Cattle Co., que não são mostradas em outros mapas.



Detalhe da Planta de Trabalhos Executados entre Campo Grande e Ponta Porã
(Acervo: Arquivo Histórico do exército, RJ).

Para finalizar, gostaria de voltar à pergunta feita no primeiro parágrafo deste texto: por que os mapas não são iguais se representam o mesmo espaço? A resposta é agora diferente: houve modificação e ampliação na interpretação de um espaço geográfico.

Referências

Cartografia

CARTA da Parte da Capitania de Mato Grosso e Goyaz 1860, medindo 77,5 cm x 68,5 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).



CARTA Schematica do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas indicando os principais serviços realizados sob a direção do General Candido Mariano da Silva Rondon, 1890/1922, medindo 95,5 cm x 70 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

ESTADO de Mato Grosso – Município de Mato Grosso (...) 1939, Cópia heliográfica, medindo 90 cm x 64 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

PLANTA de Trabalhos executados entre Campo Grande e Ponta Porã incluindo a linha telegráfica, estradas de rodagem e trilhas de auto, pela CLTEMTA, S/D, escala 1: 400.000, 52 cm x 68,5 cm (Acervo: Arquivo Histórico do Exército).

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradutor Denise Bottman. 2ª edição São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Paul S. *Princípios de cartografia básica*. Tradutores Noeli Vettori Anderson e Paulo Frederico Hald Madsen. Rio de Janeiro: FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Em: _____. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Atlas histórico: com eles também se escrevem memórias nacionais. Em: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 369-391.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. Em: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.



KNAUSS, Paulo; RICCI, Claudia e CHIAVARI, Maria Pace. *Brasil: uma cartografia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Amilcar A. B. de. *Relatório apresentado ao snr. coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1916.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Em: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. *A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)*. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Missão Rondon: Apontamentos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

_____. *História natural: índios Ariti (Pareci) e Nhambiquara. Etnologia pelo coronel Cândido Mariano da Silva Rondon*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1947.

SAENS, Sabine Dedenbach-Salazar. Construção de identidade étnica através das narrativas míticas: os Chipayas da Bolívia. Rio de Janeiro, 6 nov. 2012. Palestra proferida aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Romantismo tropical: A estetização da política e da cidadania numa instituição imperial brasileira. Em: *Revista Penélope*, n. 23, p. 109-127. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. São Paulo: Papirus, 2001.

_____. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n.1, p. 191-223. Rio de Janeiro: Fiocruz, jan.-mar. 2011.



TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2008.

TUCCI, Ugo. Atlas. Em: *Enciclopédia Einaudi*, v. 42. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, p. 130-158.

VICH, Victor e ZAVALA, Virginia. *Oralidad y poder, herramientas metodológicas*. Bogotá: Norma, 2004.

